

PREFÁCIO

Consta que, no século 14, o historiador e filósofo Ibn Khaldun já apresentava uma análise consistente do papel central da migração na história da humanidade. De fato, desde os primórdios do Homo Sapiens, indivíduos, famílias e tribos se deslocam no espaço, fugindo de adversidades e/ou buscando algo novo ou melhor. Esses movimentos, que podem ser de curta ou longa distância, permanentes ou temporários, têm afetado sobremaneira os contornos de processos sociais, econômicos, demográficos e ambientais de localidades, regiões e países ao longo da história humana. Em que pese a dimensão e a relevância destes movimentos, raros são as políticas que reconhecem as suas potencialidades e procuram transformar seu dinamismo em algo positivo para a sociedade. Primam as tentativas – geralmente frustradas – de barrar ou desviar as migrações. Tais atitudes refletem o desconhecimento da dinâmica migratória, das suas origens, dos seus contornos e de seus benefícios. Este livro se propõe a reduzir essa brecha cognitiva em relação a um dos principais fluxos migratórios deste país.

No Brasil, nenhuma região tem sido mais afetada por processos migratórios que o Nordeste, fazendo desta diáspora um capítulo central da história nacional. Conhecido, há mais de um século, como a terra da arribação, o Nordeste está acostumado a perder grande parte de seus filhos e filhas para outras regiões. Em consequência, a região é vista como o símbolo e a materialização da migração. Um conjunto de fatores entrelaçados e complexos explicam essa tradição. A profunda desigualdade socioeconômica historicamente consolidada na estrutura latifundiária, às características ambientais de sub-regiões afetadas por terras improdutivas e/ou períodos cíclicos de estiagem e a relativa prosperidade de outras regiões se destacam como os principais fatores estruturais subjacentes a estes fluxos.

As histórias das migrações nordestinas nos ciclos da borracha dos séculos 19 e 20 são bem conhecidas, assim como a atração do Sul Maravilha depois de instaurado o modelo de industrialização via substituição de importações na década de 1930. Mas a maior aluvião de migração para o Sudeste, especialmente para São Paulo, ocorreu no pós-guerra quando a expansão do desenvolvimento econômico-industrial exigiu maior integração com outros mercados nacionais. A consequente expansão e melhoria de transportes terrestres (pois antes, a migração implicava longas viagens marítimas como lembra o “Peguei um Ita no Norte” de Luiz Gonzaga), no período em que a pressão demográfica crescia nas regiões mais pobres, facilitaram os conhecidíssimos fluxos de nordestinos para a terra prometida do Sudeste, os quais perduraram durante várias décadas.

Mas a história muda: o que interessa atualmente é que os contornos daquela realidade tradicional vêm mudando significativamente nos tempos mais recentes. Este livro se destina a contribuir para uma melhor compreensão da nova realidade e de suas consideráveis implicações. Ocorre que o Brasil passou por profundas transformações econômicas e demográficas a partir da década de 1980 e estas impactaram profundamente os processos migratórios. Como este período se constituiu, de certa forma, num divisor de águas na história migratória do Brasil e do Nordeste, vale recapitular alguns aspectos centrais, pois estes antecederam e determinaram a configuração específica dos movimentos mais recentes descritos e analisados neste livro.

Embora o fenômeno não tenha sido observado na época, sabemos hoje que a década de 1970 marcou o início de um processo histórico de desconcentração econômico a partir da região Sudeste e especialmente de São Paulo. Essas tendências somente foram percebidas e contabilizadas anos mais tarde, através da análise das contas nacionais regionalizadas. Estas mostraram ter havido um princípio de desconcentração industrial a partir do estado de São Paulo desde os inícios da década de 1970. Embora a participação no produto industrial do Nordeste como um todo se mantivesse estável no período, já se observava crescimento na participação do estado da Bahia resultando de novos investimentos em espaços produtivos modernos como no complexo petroquímico de Camaçari. Mesmo sendo incipientes, estas tendências regionais foram marcantes para a história migratória do país pois, em última instância, os movimentos populacionais refletem principalmente o deslocamento de oportunidades econômicas sobre o território.

De onde partiu esse processo histórico de desconcentração e reconfiguração da economia regional? É tentador atribuir essa transformação aos efeitos de políticas públicas federais dirigidas ao fortalecimento das economias regionais via a atuação das Superintendências Regionais, a criação de Polos de Desenvolvimento e a oferta de incentivos fiscais e subsídios variados. De fato, os vários Planos de Desenvolvimento elaborados no início da década de 1970 destinavam-se basicamente ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação da Amazônia e à integração de vários polos regionais de crescimento com a economia do Sudeste.

Mesmo reconhecendo a possível influência de tais iniciativas, o fato é que a desconcentração econômica refletiu principalmente a lógica e os interesses das firmas estabelecidas em São Paulo, as quais já ambicionavam, no auge do “Milagre Econômico”, conquistar novos mercados por meio da integração de regiões mais isoladas. Ou seja, a maioria das mudanças na redistribuição regional de atividades econômicas ocorreu principalmente em resposta às necessidades específicas do processo de acumulação naquele momento histórico. Dada a vontade

das próprias empresas de ampliar sua influência sobre uma parcela crescente do espaço nacional, não deve ser descartada a influência destas até na formulação e implementação de políticas públicas de cunho regional.

No que diz respeito às migrações internas, é evidente que as políticas de desenvolvimento regional almejavam contribuir para a redução das correntes para o Sudeste. Entretanto, os dados censitários mostram que, na realidade, a migração para os grandes centros metropolitanos do Sudeste ainda cresceu significativamente na década de 1970. Ou seja, houve uma certa defasagem entre mudanças econômicas e demográficas. Posteriormente, a seriedade da crise econômica na década de 1980 acabou atenuando os processos de migração em curso. Ao mesmo tempo, a crise parece ter reaberto espaços intersticiais para a pequena produção agrícola de todos os tipos. Este fenômeno serviu para arrefecer a migração rural-urbana em todo o país, mas particularmente em regiões mais pobres do país. De fato, a migração rural-urbana brasileira declinou de 17,4 milhões na década de 1970, para 9,2 milhões na década de 1980.

As mudanças na espacialização da atividade econômica foram acompanhadas por transformações no padrão demográfico brasileiro, cujas consequências também afetaram diretamente as migrações nordestinas. Tradicionalmente caracterizada por altas taxas de fecundidade, a região experimentou uma queda abrupta dos seus níveis de reprodução a partir da década de 1980. Ao mesmo tempo, o Nordeste, habituado a níveis de mortalidade elevados, também teve uma melhoria importante nos seus padrões de mortalidade durante a mesma década. Finalmente, acostumado a enviar grandes números de seus habitantes para outras regiões, o Nordeste passou a perder contingentes bem menores, presenciar o retorno de parcela importante dos seus migrantes anteriores e até receber população de outras áreas do país.

Consideradas individual e conjuntamente, essas mudanças tiveram um enorme significado para a questão social nordestina. Por um lado, refletem transformações estruturais significativas. É muito relevante terem ocorrido, simultaneamente, no meio da crise econômica mais profunda dos tempos modernos, uma redução da fecundidade, uma melhoria dos níveis de mortalidade e importantes mudanças qualitativa e quantitativa na migração nordestina.

Primeiro, a queda da fecundidade, iniciada no Brasil em meados da década de 1960, teve um impacto importante no ritmo de crescimento vegetativo da população. O Brasil crescia a uma taxa de 2,9% a.a. durante a década de 1960; isto foi reduzido para 2,5% na de 1970 e para 1,9% na de 1980. A mudança teve um impacto maior no Nordeste, dado que seus níveis de fecundidade eram bem mais altos do que no Centro-Sul do país. Da mesma forma, os diferenciais de mortalidade entre regiões foram se atenuando durante a década de 1980,

apontando para uma melhoria genérica e relativa das condições de vida da população nordestina, apesar da grave crise econômica. No conjunto, essas mudanças geraram uma clara tendência à diminuição do crescimento vegetativo da população nordestina e à redução da pressão demográfica que contribuía para a emigração da região.

Os processos brasileiros de urbanização e concentração populacional também apresentaram mudanças abruptas de trajetória durante a década de 1980. De fato, a maior surpresa trazida pela publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1991 foi a redução significativa do ritmo de crescimento urbano e de concentração metropolitana, ocorrida no país durante a década de 1980. Novamente, o Nordeste apresentou uma das transformações mais significativas de todas as regiões durante essa década. O número de localidades urbanas pequenas e médias cresceu rapidamente, enquanto a população rural nordestina, que a esta altura representava quase a metade da população rural do país, finalmente apresentou um declínio absoluto durante o período.

Em suma, o Nordeste começou a apresentar tanto uma transição vital como uma transição urbana durante a década de 1980 e estas mobilizaram uma modificação na dinâmica migratória nordestina. A partir deste momento, os fluxos migratórios passaram a ser bastante mais complexos. Entre outros padrões, o Censo Demográfico de 2000 revelou, pela primeira vez, uma intensificação de fluxos de retorno. A complexidade destes diferentes movimentos, sua composição e seu significado social, econômico, demográfico e político geram novas inquietudes, tanto para pesquisadores como para políticos e planejadores. Quem são os migrantes que saem agora para outras terras? Quem são os retornados? Indivíduos? Famílias? Idosos? O que atraiu estas pessoas para a terra natal? O que esses indivíduos podem aportar para a economia da região? Qual é a influência de programas sociais sobre a migração de retorno? Como estes fluxos afetam as clivagens políticas?

Estas e muitas outras inquietudes servem para renovar o interesse nos movimentos migratórios nordestinos nos dias de hoje. São raras as políticas econômicas e sociais que não afetam ou não são afetadas pela migração. Daí a importância dos estudos reunidos neste livro para entender uma realidade importante, mas ainda insuficientemente percebida e compreendida.

George Martine

Diretor Técnico da Dhemos Consulting

Ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)

Ex-diretor da equipe técnica do Fundo de População das Nações

Unidas (UNFPA) para América Latina e Caribe